



Unsplash / Gabriel Riff



Advancing Renewable Energy Communities

O Potencial para Projetos Comunitários no Setor das Energias Renováveis

Esta ficha informativa apresenta uma visão global do potencial das comunidades de energias renováveis (CER) em contribuir para as metas de energias renováveis para 2030 em cada uma das regiões-alvo do projeto COME RES. Esta estimativa baseia-se numa avaliação do potencial das CER realizada pela equipa do projeto, de acordo com o estabelecido pela nova Directiva de Energias Renováveis (RED II).

Globalmente, os resultados mostram que uma parte significativa do investimento total em projectos de energias renováveis previsto até 2030 poderá ser tem coberta por investimentos coletivos de cidadãos. Esta ficha apresenta o retrato de cada região, e conclui com a identificação de factores comuns que podem quer contribuir para que as regiões atinjam o seu potencial em termos de envolvimento dos cidadãos nas CER, quer dificultar o seu estabelecimento a larga escala.

A avaliação efetuada no âmbito do projeto COME RES (na qual se baseia esta ficha) focou-se nas iniciativas que colocam o cidadão no centro; i.e. projetos onde a participação livre e voluntária dos cidadãos na estrutura proprietária do projeto é encorajada. Os pressupostos baseiam-se nas necessidades adicionais de investimento em fontes de energia renováveis (FER) comunitárias até 2030. Para uma descrição detalhada dos cálculos, consultar a avaliação integral.¹

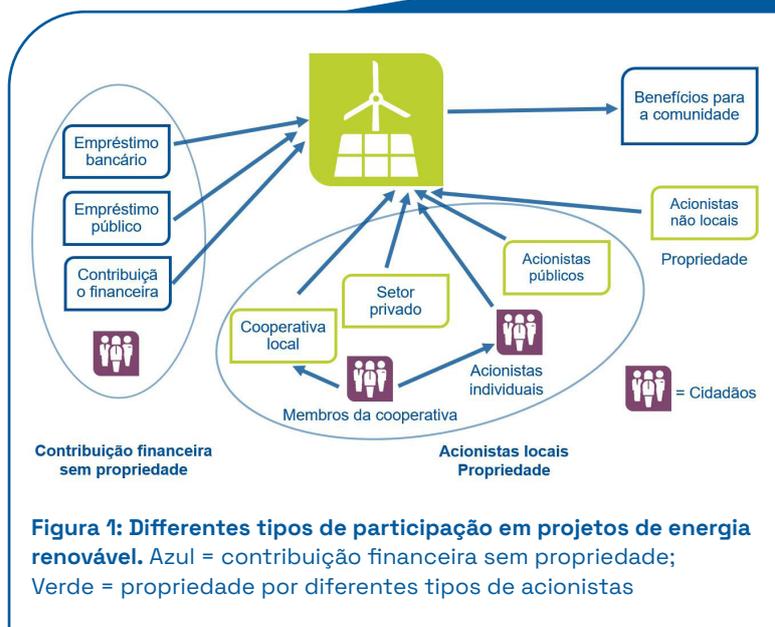


Figura 1: Diferentes tipos de participação em projetos de energia renovável. Azul = contribuição financeira sem propriedade; Verde = propriedade por diferentes tipos de acionistas

¹ Para a avaliação e cálculos integrais, por favor consultar o entregável D2.2. "Assessment report of potentials for RES community energy in the target regions". (www.come-res.eu/resources)

APÚLIA, ITÁLIA

Atualmente, na Apúlia, existem apenas oportunidades diminutas para que os projetos de cidadãos possam contribuir para os objetivos políticos de energia eólica e fotovoltaica (tanto em terra como em coberturas). Isto deve-se em parte à regulamentação nacional que limita a produção de energia de CER a 200kW. Existe a necessidade de alterar esta limitação, em conformidade com a legislação europeia. No entanto, no âmbito do Plano de Recuperação, que visa superar as consequências económicas da crise pandémica da COVID-19, o governo italiano criou um fundo de 2,2 mil milhões de euros disponível para famílias, microempresas e administrações públicas de municípios com menos de 5.000 habitantes. Esta iniciativa pode representar um apoio considerável para financiar iniciativas públicas e privadas de implementação de CER.

REGIÃO NORTE, PORTUGAL

As iniciativas comunitárias fotovoltaicas na Região Norte poderão desempenhar um papel importante na realização dos objetivos nacionais em termos de produção de eletricidade a partir fontes de energia renováveis (FER). No entanto, é importante notar que, de forma isolada, o potencial de investimento de cidadãos individuais cobriria menos de 30% do investimento total necessário. Serão necessárias políticas adequadas para combater a desconfiança existente em relação ao conceito de CER, bem como para colmatar a falta de conhecimento e competências relativamente a procedimentos e boas práticas.

ILHAS BALEARES E ILHAS CANÁRIAS, ESPANHA

O objetivo político de 50% de participação dos cidadãos na capacidade fotovoltaica até 2030 é alcançável nas Ilhas Baleares e nas Ilhas Canárias. No entanto, tal como em Portugal, onde as iniciativas comunitárias se encontram numa fase emergente, em Espanha poderão ainda existir barreiras adicionais, inesperadas, ao investimento e desenvolvimento das CER que precisam de ser colmatadas por políticas adequadas.

LETÓNIA (PAÍS)

O potencial global de solar fotovoltaico apresentado no Plano Nacional de Energia e Clima da Letónia para 2030 está, em grande parte, subestimado. A Letónia tem potencial para que as CER possam contribuir para os objetivos políticos estabelecidos para 2030. Contudo, realizar este potencial teórico será uma tarefa desafiante a curto prazo, dada a novidade do conceito de CER na Letónia. A sua realização exigirá esforços para disseminar informação e comunicar de forma eficaz as razões pelas quais o investimento numa CER poderá ser atractivo. É necessário encontrar líderes locais que possam promover esta narrativa.

LIMBURGO E FLANDRES OCIDENTAL, BÉLGICA

Em Limburgo, o governo provincial estabeleceu no final de 2013 um objetivo mínimo de 20% de participação direta na propriedade e estrutura de gestão de grandes turbinas eólicas pela comunidade local e autoridades locais. Na Flandres Ocidental, os municípios de Torhout e Oostkamp visam uma participação direta de 35% (incluindo cidadãos e autoridades locais) em projetos eólicos no seu território através de uma cooperativa energética.

Atingir um nível de 20% de financiamento dos cidadãos para o investimento necessário em ambas as regiões alvo pode ser um objectivo viável, enquanto que níveis mais elevados (na ordem dos 50-100% dos investimentos financiados pelos cidadãos) serão um grande desafio. No que diz respeito ao solar fotovoltaico, o Pacto Flamengo para a Energia e Clima Local visa um projeto cooperativo/participativo por cada 500 habitantes na Flandres até 2030 (assumindo um projeto solar PV médio de 18 kWp). Dado o potencial de investimento para projetos fotovoltaicos comunitários, esta ambição pode ser considerada plausível.

BRABANTE DO NORTE, PAÍSES BAIXOS

Foi estabelecido o objetivo político para as CER de corresponderem a 50% da capacidade instalada de FER onshore até 2030. No final de 2020, 1,3% das famílias holandesas eram membros de uma cooperativa. O “potencial latente” de 30% de participação das famílias no investimento em FER até 2030, assumido neste cálculo de potencial das FER, é, portanto, um desafio. Será necessário um salto significativo em escala e profissionalização do movimento cooperativo.



TURÍNGIA, ALEMANHA

Os cidadãos da Turíngia têm potencial para desempenhar um papel fundamental na realização dos objetivos políticos nacionais e na transição para um sistema 100% renovável. Partindo do princípio que 20% dos custos de investimento necessários são financiados pelos cidadãos e 80% por outras fontes, incluindo o capital da dívida, a capacidade de solar fotovoltaico no solo que será instalada até 2030 poderia ser totalmente controlada por grupos de cidadãos. No que diz respeito a instalações fotovoltaicas em coberturas, quase a totalidade da capacidade a instalar poderia ser controlada por grupos de cidadãos. Apenas para a energia eólica, os valores são mais baixos, variando entre 45% e 91%. A RED II dá um novo impulso ao desenvolvimento da energia comunitária; contudo, na Alemanha a transposição das respetivas disposições legais para a legislação nacional está atrasada em relação a outros Estados-Membros da UE.

VOIVODIA DA VÁRMIA-MASÚRIA, POLÓNIA

Os meios trazidos pelas CER na Província de Warmian-Masurian poderão contribuir de forma significativa para alcançar 32% de FER no setor elétrico na Polónia até 2030. Assumindo que 20% dos custos de investimento necessários são financiados pelos cidadãos e o resto por outras fontes, incluindo esquemas de apoio financeiro e capital da dívida, a capacidade de solar fotovoltaico a instalar, tanto no solo como em coberturas, poderia ser totalmente controlada pelos cidadãos na condição de utilização do potencial máximo de investimento. Para a energia eólica, o potencial de investimento das CER é menor, revelando a necessidade da contribuição de outros investidores/empresas nos investimentos necessários em energia eólica de grande escala.

NORUEGA (PAÍS)

Uma vez que a Noruega não é um membro da UE, não publicou um Plano Nacional de Energia e Clima (PNEC), e não tem metas quantitativas de CER estabelecidas para 2030. Os agregados familiares noruegueses têm, contudo, o potencial teórico de possuir 31% da energia eólica, 44% da energia fotovoltaica colectiva nas coberturas e 52% das instalações de capacidade fotovoltaica instaladas no solo previstas entre 2020 e 2030. A realização de todo o potencial de investimento exigiria a abordagem das barreiras existentes, incluindo as barreiras regulamentares, a falta de quadros habilitados e esquemas de apoio a iniciativas de energia comunitária de FER.



IDEIAS CHAVE:

- O acesso a financiamento com condições favoráveis (por exemplo, financiamento público ou taxas de juro baixas para empréstimos de apoio ao investimento nas CER) é um mecanismo facilitador fundamental para permitir às regiões estar à altura do seu potencial e atingir os objetivos de posse de instalações de fontes energia renovável por parte dos cidadãos.
- A realização de todo o potencial de investimento requer geralmente ultrapassar as barreiras (regulamentares) existentes e uma definição adequada do conceito de CER na legislação nacional. A falta de quadros facilitadores e de esquemas de apoio para as CER é um dos principais motivos pelos quais algumas das regiões alvo irão ter dificuldade em atingir o seu pleno potencial. É crucial que os quadros facilitadores sejam estabelecidos e coordenados pelos diferentes níveis governativos.
- Os municípios e as regiões devem ser considerados como centros de apoio para as CER e disponibilizar espaços para instalações de FER. A capacitação dos municípios em questões jurídicas, económicas e técnicas é essencial para a concretização desta visão. A participação dos municípios nas CERs tem-se mostrado eficaz em proporcionar a confiança necessária para tais projetos. Em vários casos, a desconfiança em relação ao conceito de CER continua a ser um problema, assim como a falta de capacidade e know-how sobre os procedimentos e boas práticas por parte dos intervenientes relevantes.
- Embora exista, de um modo geral, um elevado potencial de investimento em FER pelos cidadãos nas regiões-alvo, os objetivos só serão alcançados, na sua maioria, através da complementação dos investimentos diretos dos cidadãos com investimentos de PMEs e autoridades locais.



Com o futuro em vista

A RED II exige aos Estados-Membros a elaboração de uma avaliação das barreiras existentes e do potencial de desenvolvimento das CER. A avaliação realizada no âmbito do projeto COME RES apoia os Estados Membros a fazê-lo, especialmente nos casos em que tal avaliação ainda não foi efetuada.

Em geral, existe um potencial significativo para o investimento em instalações de fontes de energia renovável por parte dos cidadãos. No entanto, este potencial só pode ser atingido se houver estruturas facilitadoras adequadas.

Autores:

ICLEI Europe: Arthur Hinsch, Carsten Rothballer, Lucy Russell

TU/e: Erik Laes, Kellan Anfinson
Com a contribuição de todos os parceiros do projeto.

Contacto

✉ info@come-res.eu
 🐦 [@comeres_eu](https://twitter.com/comeres_eu)
 in COME RES project
 🌐 www.come-res.eu

Coordenação do Projeto

Environmental Policy Research Centre
 Freie Universität Berlin
 Dr. Maria Rosaria Di Nucci



Este projeto é financiado pelo programa de investigação e inovação da União Europeia Horizonte 2020, contrato No 953040. O projeto COME RES é responsável por todo o conteúdo deste documento, sendo que este não reflete necessariamente a opinião da União Europeia.



COME RES

Sócios

